

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA CONTRIBUIÇÃO À
TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA EM UMA IGREJA EVANGÉLICA EM JUÍNA - MT**

Autor: Jônatas Plínio Costa

Orientadora: Prof^a. Ma. Cleiva Schaurich Mativi

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA CONTRIBUIÇÃO À
TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA EM UMA IGREJA EVANGÉLICA EM JUÍNA - MT**

Autor: Jônatas Plínio Costa

Orientadora: Prof^a. Ma. Cleiva Schaurich Mativi

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Leidiane da Silva Reis

Prof^a. Katia Freitag

**Prof^a. Ma. Cleiva Schaurich Mativi
ORIENTADORA**

Dedico este trabalho a todos meus familiares e amigos que me cercam, e em especial a Deus.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus eterno, criador dos céus e terra, que em tudo tem me direcionado, somente a ele seja dado honras e glórias.

“Agradeço a ti meu Deus por ser um escolhido, e mais que vencedor”.

Agradeço aos meus pais Paulo Costa e Maria Madalena da Silva Costa, que são meus verdadeiros heróis, e melhores pais do mundo que sempre me apoiaram e incentivaram a lutar e nunca desistir.

Aos familiares, irmão, irmãs, sogro e sogra, cunhada e cunhados que me cercam de amor e carinho, vocês são demais e especiais.

Aos irmãos da igreja cristã evangélica casa de oração, que sempre me ajudaram em oração.

A minha esposa Liliane Paulino da Silva Costa (Lili), que sempre esteve ao meu lado me apoiando em todos os momentos, sejam eles difíceis, tristes ou felizes. Amo você nega.

Aos meus filhos, Pedro Henrique (Negão) e Luany Naara (Curika) que são meus presentes de Deus e me dão imensa alegria e satisfação, amo muito vocês.

A todos os professores pelo tempo de convivência e aprendizado, em especial à professora orientadora Cleiva, muito obrigado pelas palavras de incentivo.

A todos os amigos e amigas que conquistei durante esses anos, e em especial a nossa turma, a turma mais louca, mais alegre, mais amiga e feliz que já fiz parte um grande abraço, se sentir saudades e só me ligar, conversar comigo.

Não há derrota que não venha de nós mesmo,
Não há barreiras intranspassaveis
senão nossas próprias fraquezas.
Autor(desconhecido)

RESUMO

As igrejas ou instituições religiosas não são obrigadas a fornecerem ao governo relatórios de sua contabilidade anual, e nem mesmo uma espécie de balanço patrimonial, mas é claro que muitas delas têm observado o grande valor de se ter uma contabilidade rigorosamente em dia, pois tem lhes proporcionado informações que são determinantes em suas avaliações e decisões, pois mais que um relatório a contabilidade produz argumento. A pesquisa visa evidenciar qual a contribuição da DVA para gestão da entidade religiosa, informando onde estão sendo investidas as riquezas que a entidade gera no seu exercício. Depois de recebidas as receitas, pagas as despesas, inclusive com pessoal e governo, tem-se as sobras. Questiona-se onde estão sendo depositadas as sobras, ou que é feito delas? A contabilidade chama a isto de Valor Adicionado. Para esclarecer estas questões este estudo utilizou-se como metodologia uma revisão dos principais conceitos sobre o tema em livros, sites, artigos e outras fontes de pesquisas. Após foram coletados dados documentais em uma entidade religiosa para a elaboração de um modelo de DVA para este segmento e a seguir foi realizada uma análise buscando identificar os aspectos da DVA e como poderão ser utilizados pela igreja. A pesquisa evidenciou que a igreja que adotar a DVA como um modelo de informativo, poderá ser beneficiada com informações que vão lhe ajudar a ter uma gestão financeira mais sólida e transparente.

Palavras-chave: DVA (Demonstração do Valor Adicionado). Igreja. Relatórios Contábeis.

LISTA DE ABREVIATURAS

COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
CSSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DVA	Demonstração do valor Adicionado
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF	Imposto de Renda Sobre pessoa Física
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPVA	Imposto sobre propriedades de veículos Automotores
ISS	Imposto sobre Serviços
ITPU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: RECEITAS.....	34
GRÁFICO 2: INSUMOS ADQUIRIDO DE TERCEIROS.....	35
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	36

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: MODELO DE DVA	24
QUADRO 2: APURAÇÃO DE DESPESAS E RECEITAS.....	27
QUADRO 3: SALDO ANTERIOR	30
QUADRO 4: TOTAL DE RECEITAS	30
QUADRO 5: INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	31
QUADRO 6: VALOR DA DEPRECIAÇÃO	31
QUADRO 7: GASTOS COM PESSOAL.....	32
QUADRO 8: VALOR REINVESTIDO	32
QUADRO 9: VALOR TOTAL GERAL	33
QUADRO 10: DVA DA IGREJA	34

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	12
1.3 OBJETIVOS GERAIS	12
1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA	13
1.5 JUSTIFICATIVAS	13
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 ENTIDADES IMUNES.....	15
2.2 CONCEITO DE DVA.....	16
2.3 NORMATIZAÇÃO DA DVA	17
2.4 OBJETIVO DA DVA.....	17
2.5 COMO SE OBTER O VALOR ADICIONADO.....	18
2.6 DISTRIBUIÇÃO E ESTRUTURA DA DVA.	18
3 METODOLOGIA	25
3.1 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	25
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ESTUDO DE CASO	26
4 ANÁLISE E RESULTADOS.....	27
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

É de grande importância analisar o quanto uma empresa produz de riquezas e também como esta riqueza está sendo distribuída entre os fatores de produção, a demonstração do valor adicionado (DVA), pode ajudar a evidenciar o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e como ela está sendo distribuída.

A demonstração do valor adicionado também pode ser utilizada pelas igrejas a fim de trazer melhor entendimento e transparência na gestão financeira da igreja.

Com o numero crescente de grupos religiosos e novas denominações surgindo, não deixa de haver uma certa disputa ou concorrência ainda que saudável, para se obter mais membros adeptos a tais grupos, está sendo de grande importância que tais grupos (igrejas) estejam preparadas para fornecer informações sobre questões financeiras e econômicas afim de obterem confiança dos seus adeptos.

Observa-se que as igrejas devem ter como objetivo tratar dos assuntos espirituais do ser humano, não deixando de mencionar que também tem uma parcela de contribuição na formação do caráter da pessoa e da família de modo geral, mas não se pode esquecer que os grupos não podem subsistir sem a parte financeira, ou seja, sem obter recursos, que servem para cobrir gastos necessários. Com o crescimento numérico do grupo cresce também as despesas, e a necessidade de mais recurso para saldá-los.

As igrejas ou grupos religiosos são conhecidos como entidades sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucro nem benefício próprio, por isso torna-se necessário, a prestação de contas ou relatórios semanais mensais e anuais de forma comprovada àqueles que contribuem ou fazem suas ofertas, mostrando no que esta sendo investido, o que foi pago e o que resta em caixa. Com isto mantendo satisfeitos os que contribuem e coibindo a ação de certos aproveitadores.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Quando surge a pergunta “o que é feito com todo dinheiro que é arrecadado, nas igrejas ou grupos religiosos? Muitas pessoas, até mesmo do próprio grupo não sabem responder tal pergunta, muitas delas sentem-se lesadas por não terem certas informações, e uma grande parte até deixa de contribuir, vendo o enriquecimento ilícito de alguns de seus líderes. Por outro lado, grupos que trabalham de forma séria e correta não tem condições de prosseguirem com seus trabalhos, devido tais desconfianças citadas que de certa forma os prejudica.

A DVA é uma espécie de relatório da análises financeiras, e relatórios são fundamentais para as instituições religiosas, tendo em vista que a maioria delas vive em dificuldades financeiras e muitas não têm nenhum tipo de gerenciamento financeiro ou contábil. Observa-se que grande parte delas simplesmente desconhece a importância de um gerenciamento financeiro e prestação de contas.

Diante deste contexto questiona-se:

Qual a contribuição da Demonstração do Valor Adicionado para que um grupo religioso na cidade de Juína MT demonstre transparência na utilização dos recursos financeiros advindos das contribuições e doações?

1.3 OBJETIVOS GERAIS

Descrever a contribuição da DVA, para a transparência na gestão financeira de um grupo religioso no município de Juína MT.

1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa buscou atender os seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver embasamento teórico da Demonstração do Valor Adicionado, na perspectiva de vários autores;
- Coletar dados documentais do livro caixa de um grupo religioso do ano de 2011 e 2012

- Elaborar a DVA com as informações extraídas a partir dos documentos de caixa da entidade estudo de caso.
- Evidenciar possibilidades de contribuição eficaz da adoção da DVA para o segmento de igrejas.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A presente pesquisa tem o foco na evidenciação dos fenômenos que envolvem o aspecto financeiro de uma igreja no município de Juína MT, em relatórios de ofertas, de gastos e investimentos, buscando demonstrar a contribuição da demonstração do valor adicionado para este grupo religioso.

1.5 JUSTIFICATIVAS

Este trabalho poderá conscientizar o leitor ou líderes de grupos religiosos e até mesmo membros que fazem contribuições para manter o trabalho feito por eles, a fim de obterem sucesso em suas gestões, onde cada um seja uma espécie de fiscal, sabendo o quanto e onde está sendo aplicado o dinheiro de sua contribuição, para que cada dia os grupos religiosos sejam mais saldáveis com gestão financeira mais transparente, sem aproveitadores, que enriquecem e vivem uma boa vida em razão da desinformação de seus chamados “fiéis”.

Este estudo poderá contribuir para que os todos conheçam de forma muito transparente o destino das contribuições e doações e o modo como os gestores das finanças de um grupo religioso administram estes recursos.

Neste sentido, buscar-se-á na DVA uma alternativa eficaz a evidenciação dessa destinação.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa divide-se em cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta-se a introdução que é composta pela contextualização, seguindo os objetivos gerais e específicos e também a justificativa da pesquisa.

No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico sobre o tema escolhido, onde se encontra a estrutura do DVA.

Já no terceiro capítulo encontra-se a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa, o tratamento e a coleta dos dados e também as características da entidade estudo de caso.

O quarto capítulo apresenta as análises dos dados coletados na entidade estudo de caso, mostrando a importância da DVA nessa entidade em estudo.

E finalizando a pesquisa o quinto capítulo trás a conclusão de todo o estudo realizado e analisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENTIDADES IMUNES

As entidades de qualquer culto religioso como são chamadas pelo governo, são consideradas entidades imunes, no artigo 150, da Constituição Federal de 1988 estabelece que “[...] Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios [...]”, “[...] VI – instituir impostos sobre: a) [...]; b) templos de qualquer culto [...]”, § 4º, “As vedações expressas no inciso VI, alíneas *b* e *c*, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

Segundo o PORTAL TRIBUTARIO, “define-se como entidade sem fins lucrativos, a instituição que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente, destine referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.” resumindo que não vise lucro.

Para obter a imunidade dos impostos, as entidades devem atender diversos requisitos, dentre os quais, segue uma relação segundo o PORTAL TRIBUTÁRIO baseada na CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; Nota: A condição e vedação de não remuneração de dirigentes pelos serviços prestados não alcançam a hipótese de remuneração, em decorrência de vínculo empregatício, pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 1999, e pelas organizações sociais (OS), qualificadas consoante os dispositivos da Lei nº 9.637, de 1998. Esta exceção está condicionada a que a remuneração, em seu valor bruto, não seja superior ao limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal, sendo aplicável a partir de 1º/01/2003.b) aplicar integralmente no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais; c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e) apresentar, anualmente, a DIPJ, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de extinção da pessoa jurídica, ou a órgão público;h) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a

qualquer título e; i) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades citadas.
www.portaltributario.com.br/artigos/dipj_imuneseisentas.htm

É importante lembrar que a Constituição Federal garante imunidade tributária aos templos religiosos, mas somente sobre os impostos como: (IPVA, IPTU, IMPOSTO DE RENDA), já as taxas, de energia elétrica, água, lixo, ou contribuições previdenciárias sobre salário, COFINS e outros são cobradas normalmente.

2.2 CONCEITO DE DVA

De acordo com Reis (2009, p.180), o conceito mais indicado para a DVA é “um demonstrativo que procura evidenciar o valor adicionado e riqueza agregada por determinada empresa a um produto, e de que forma esse valor agregado foi distribuído entre os fatores de produção”, ou seja, quanto desta riqueza foi distribuído entre: empregados, acionista, financiadores, governo, e quanto deste valor ficaram na própria empresa.

A DVA para muitos tem sido apenas mais um relatório da contabilidade, entretanto este relatório tem sido muito utilizado e difundido em algumas empresas, principalmente multinacionais, porém pouco utilizado em Micro e Pequenas Empresas e em especial em igrejas.

Almeida (2010 p.102), informa ainda que “essa é uma demonstração sugerida na Europa, principalmente por influencia da Inglaterra, França e Alemanha e que tem sido cada vez mais exigida em nível internacional, inclusive em virtude de expressar recomendação por parte da ONU”. A DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor, e de que forma essa riqueza foi distribuída e quanto ficou na empresa. Essa informação é tal importante que, além de sua utilização pelos países europeus, alguns outros países emergentes só aceitam a instalação e manutenção de uma empresa transnacional se ela demonstrar qual valor adicionado que irá produzir.

2.3 NORMATIZAÇÃO DA DVA

A DVA não é um relatório obrigatório para todas as empresas, mas foi implantado pela Lei de nº11.638 e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) baixou uma resolução de nº1.010/05 que normatizou a DVA, ficando assim conceitualizada estruturada e tendo forma e modelo para divulgação.

Já as companhias abertas que segundo o site, Guia IMF “são as que têm valores mobiliários registrados na CVM e admitidas à negociação no mercado de títulos e valores mobiliários, em bolsas de valores ou no mercado de balcão,” segundo a Lei nº11638/07 que alterou os artigos 176 e 188 da lei 6.404/76 ficaram obrigadas a emitirem a DVA junto a seus relatórios.

Entende-se assim que as igrejas de qualquer culto também não estão obrigadas a emitirem DVA junto aos seus relatórios.

2.4 OBJETIVO DA DVA

O principal objetivo da DVA é informar ao usuário o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição.

Para que as atividades sejam bem coordenadas, os gestores precisam receber informações sobre seu desenvolvimento, para que esses mesmos gestores se mantenham adequadamente motivados, para isto é necessário que relatórios sejam implementados como base para análise. Assim, as empresas precisam de sistemas capazes de fornecer informações com a finalidade de coordenação e motivação dos agentes econômicos envolvidos em suas atividades.

Pode-se perceber que todo tipo de relatório contábil elaborado de acordo com as normas técnicas e adequado às necessidades da organização serve para que a administração utilize-os nas tomadas de decisões, entre alternativas conflitantes ou em avaliações de desempenho. A DVA é um demonstrativo que auxilia os gestores e usuários evidenciando claramente onde e como está sendo distribuída a riqueza da empresa. Porém, é importante que seja difundida a importância deste relatório da Contabilidade, pois suas informações e benefícios podem ser de grande valia, principalmente para a transparência da gestão.

Segundo Atkinson (2008, p.37): “O processo contábil-financeiro está restrito às exigências obrigatórias de elaboração de relatórios por parte de autoridades regulamentadoras externas [...]”. Contudo, deve-se entender que os benefícios da Contabilidade e de seus relatórios na realidade podem proporcionar uma visão extraordinária do negócio de forma panorâmica, possibilitando tomadas de decisões dos seus usuários internos, ou seja, os ganhos na utilização de demonstrativos contábeis ainda que não exigidos em lei seja de relevante importância a gestão dada a sua contribuição no processo decisório, alcançando assim objetivo principal da ciência contábil, que segundo Ribeiro (2009, p 8), “é o controle patrimonial.”

2.5 COMO SE OBTER O VALOR ADICIONADO

Segundo Marion (2007, p 250), para obtermos o valor adicionado de uma empresa tem que “subtrair todas as compras de bens de serviços, então teremos um valor”. Este valor será utilizado para pagamentos de salários, impostos, juros e reinvestir na própria empresa. Este valor gerado pela atividade da empresa é o que chamamos de valor adicionado ou agregado.

2.6 DISTRIBUIÇÃO E ESTRUTURA DA DVA

Segundo Marion (2007, p.250), “o valor adicionado que a empresa obtém através das suas atividades, poderíamos imaginar um bolo, para quem estão distribuindo as fatias e de que tamanho são estas fatias”. Esta distribuição se dá da mesma maneira, levanta-se o montante e o no final do período é feita a distribuição.

Já na estrutura da DVA temos as contas que são relevantes para sua emissão, estas contas vão desde receita da empresa, até remuneração de capital próprio. Estas contas devidamente estruturadas e contabilizadas possibilitarão a emissão e o entendimento da DVA.

A seguir apresentam-se as contas que formão a estrutura da DVA de forma detalhada.

A) Receitas

Podemos dizer que a DVA é dividida em duas partes, sendo a primeira voltada para formação do valor adicionado ou o que chamado de geração do DVA.

Nesta geração temos a primeira conta que é receita, ela é uma conta de resultado, não faz parte do balanço patrimonial mais e de fundamental importância para saber se a empresa apresentou lucro ou prejuízo no final do seu exercício.

Para Marion (2009, p 88), “receita corresponde em geral a venda de mercadoria ou prestação de serviço”, pode-se destacar ainda que é chamada de receita bruta.

Dentro de receitas temos um subgrupo que é chamado de outras receitas, Almeida (2010, p 105), informa que, “outras receitas representam ganhos oriundos, principalmente de alienações de ativos imobilizados, (que é a transferência de bens de um indivíduo para terceiros) e de investimentos de ativos intangíveis que são bens intocáveis, (como marca, conhecimento) e outras transações incluídas na demonstração do resultado do exercício.

Também no grupo de receitas temos a conta: provisão para créditos de liquidação duvidosa, reversão/(constituição). Almeida (2010, p 105), diz que [...] é uma conta de natureza credora e apresentada como redutora de contas a receber de clientes no ativo do balanço patrimonial.

No caso das entidades religiosas, Salvador (1999, p.7), diz que “as ofertas e dízimos arrecadados são uma espécie de receita da igreja e a maneira correta que se adquire recurso”.

B) Insumos adquiridos de terceiros

Segundo Almeida (2010, p 106) “representam transações computadas na demonstração do resultado, principalmente em custo de vendas, despesas gerais e administrativas e despesas de vendas relacionadas com bens e serviços adquiridos de terceiros”, ou seja, compra de matéria prima para produção, mercadoria para venda, material e equipamento para produção, energia, serviço de terceiros e toda e qualquer despesa criada para tal atividade incluindo os valores dos impostos (ICMS, IPI, PIS e COFINS). Vale lembrar que perda e recuperação de valores do ativo também devem ser incluídos.

C) Retenções

O valor das retenções que é depreciação, amortização, e exaustão são considerados como uma espécie de redutor do valor adicionado bruto, que fazendo os devidos abatimentos daí terá o valor adicionado líquida.

C 1 - Depreciação

O conceito de depreciação segundo Ribeiro (2009, p 270), “é a diminuição parcelada do valor que sofrem os bens de uso da empresa, em decorrência do desgaste pelo uso, ação da natureza, e da obsolescência”.

A grande maioria dos ativos imobilizados tem um tempo de vida útil, isto quer dizer que serão úteis à empresa por um determinado período, com passar do tempo tais ativos ou bens vão sofrendo um desgaste natural em decorrência do seu uso, este desgaste na Contabilidade representa uma despesa e esta despesa é chamada de depreciação.

Ao detalhar os três aspectos da depreciação, visualiza-se o desgaste pelo uso, ou melhor, um equipamento que é usado diariamente após um período sofre desgaste, e seu desempenho não é mais como de um novo. Já a depreciação pela ação da natureza como o próprio nome já diz, sofrem influência da ação da natureza como, por exemplo: sol, chuva e outros. E a obsolescência é quando é lançado um novo equipamento com mais capacidade, compacto, moderno fazendo com que os que estão em uso sejam desvalorizados, isto acontece sempre com equipamentos eletrônicos e automóveis.

Marion (2010, p 227) informa que existem vários métodos de depreciação como, por exemplo, o método de horas de trabalho, neste método estima-se as horas de trabalho durante o tempo de vida útil do bem, este é mais usado pelas indústrias.

Há o método por unidade produzida, que tem por princípio estimar as unidades produzidas num período pelo número total de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem.

Segundo Ribeiro (2003, p 262), “o mais usado no Brasil é o método linear ou em linha reta, que consiste em aplicar taxas constantes durante o tempo de vida útil

estimado para o bem, por exemplo: se o tempo de vida útil de um bem for estimado em 10 anos, a taxa anual de depreciação será de 10%”.

C 2 - Amortização

Segundo Ribeiro (2009, p 274), o conceito de amortização é: “a diminuição do valor do bem imaterial em razão do tempo. Enquanto depreciação é usada para bens materiais (tangíveis), a amortização é usada para bens imateriais (intangíveis)”.

Estes bens imateriais têm como característica abstrata como, por exemplo: marcas, direitos autorais, patentes e outros.

C) 3 – Exaustão

Marion (2009, p 230) informa que “exaustão corresponde à perda do valor decorrente da exploração de direitos cujo objetivo seja recursos minerais ou florestas, ou bens aplicados nessa exploração”. Ele ainda diz que: “ao contrario das propriedades que se deterioram física ou economicamente, os recursos naturais se esgotam, e o esgotamento é a extinção dos recursos, e a exaustão e a extinção dos custos ou do valor destes recursos naturais (minas, florestas, poço petrolífero).”

D) Valor adicionado recebido em transferência

O valor adicionado recebido em transferência representa especialmente três operações que são elas: Resultado de equivalência patrimonial, que é a atualização do valor contábil do investimento, receitas financeiras que podem ser juros cobrados de clientes, descontos obtidos, rendimentos de aplicações e outros, e por fim outras receitas que são: recebimento de alugueis, direito de franquias, Almeida (2010 p107) informa que outras despesas podem ser também: “dividendos e juros de capital próprio, de participação societária avaliadas ao valor justo, contabilizadas no ativo circulante ou no ativo realizado á longo prazo e classificadas como negociação ou disponível para venda”.

Almeida (2010, p 107), explica que estes valores destas operações [...]“devem ser contabilizadas nas riquezas geradas por outra sociedade e devidamente transferidas para companhia na forma de agregação ou remuneração de ativos aplicados”.

E) Pessoal

A partir desta conta despesas com pessoal todas as demais contas fazem parte da distribuição da DVA, ou seja, são para elas que vai ser repartido o valor adicionado da empresa.

Despesa com pessoal representa toda despesa direta ou indireta que a igreja vem a ter com seus empregados, ou seja, remuneração direta (salário), honorário da administração, 13º salário, férias, horas extras, assistência médica, auxílio transporte, curso de especialização, fundo de aposentadoria, participação no resultado, seguro de acidente de trabalho, comissões, gratificações, e FGTS.

Presume-se que na maioria das igrejas os trabalhos realizados são de voluntários, então despesas com pessoal, não terá um valor tão expressivo na DVA como nas empresas.

F) Impostos, taxas e contribuições

Neste tópico têm que ser relacionado todos os impostos, taxas e contribuições, no seu devido valor recolhidas, seja ele federal (ICMS, IPI, COFINS, IRPF, CSSL, INSS), estadual (ICMS IPVA), e municipal (ISS, IPTU).

Como já foi informado, a impostos que as igrejas são imunes, então deva ser observado e relacionado apenas o que realmente foi recolhido.

G) Remuneração de capital de terceiros

A remuneração de capitais de terceiros nada mais é do que um pagamento pelo uso de algo que não pertence a empresa, como juros, que é o pagamento pelo uso do dinheiro de alguém, também podemos destacar o aluguel, que é pagamento pelo uso da empresa de um móvel ou imóvel de terceiro, ou ainda comissões e despesas bancárias, variações monetárias passivas, gastos com direitos autorais e outras contas que a empresa utiliza de terceiros para obter receitas.

Isto pode acontecer nas igrejas de maneira muito comum que é o pagamento de aluguel de prédio para realização de cultos e até mesmo abrigo, como casas pastorais e etc.

H) Remuneração de capital próprio

A remuneração de capital próprio é também chamada de lucro reinvestido, é na realidade o que sobra líquida na empresa depois de tudo pago este valor é o que a empresa pode reinvestir, é importante lembrar que o resultado do exercício pode ser negativo também, se isto acontecer à empresa acumulou prejuízo e nada lhe sobrou.

A remuneração de capital próprio, havendo lucro apurado durante o exercício, segundo Almeida (2010, p 109), pode ser representada da seguinte maneira: “dividendos destinados para acionista, lucros destinados para cotistas, juros referente à remuneração de capital próprio, parcela dos lucros do exercício que foi retirada na conta de lucros acumulados (empresa limitada), parcelas de lucro do exercício que foi retirada em reservas de lucros (sociedade anônimas)”

O que normalmente ocorre nas igrejas é que o lucro obtido, ou seja, a sobra de tudo seja reinvestida, e isto pode ocorrer de várias maneiras.

2.7 MODELO DE DVA

A seguir temos um modelo detalhado do DVA, conforme apresenta o quadro, segundo Almeida (2010, p. 103-104);

Modelo de DVA	
Descrição	Valor
1 Receitas	
1.1 vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2 Outras receitas	
1.3 Provisão para crédito de liquidação duvidosa- reversa/(constituição)	
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui os impostos - ICMS,IPI,PIS,COFINS)	
2.1 Custos dos produtos, mercadoria e dos serviços vendidos	
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3 Perda/recuperação de valores ativos	
2.4 Outras (especificar)	
3 Valor adicionado bruto (1-2)	
4 Depreciação, amortização e exaustão	
5 Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	
6 Valor adicionado recebido em transferência	

6.1 Resultados de equivalência patrimonial	
6.2 Receitas financeiras	
6.3 Outras	
7 Valor adicionado total a distribuir(5+6)	
8 Distribuição do valor adicionado	
8.1 Pessoal	
8.1.1 Remuneração direta	
8.1.2 Benefícios	
8.1.3 FGTS	
8.2 Impostos taxas e contribuições	
8.2.1 Federais	
8.2.2 Estaduais	
8.2.3 Municipais	
8.3. Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.1 Juros	
8.3.2 Alugueis	
8.3.3 outros	
8.4 Remunerações de capitais próprios	
8.4.1 Juros sobre capital próprio	
8.4.2 Dividendos	
8.4.3 Lucros retidos /prejuízos do exercício	
8.4.4 Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/consolidação)	

Quadro 1: Modelo de DVA

Fonte: Adaptado de Almeida (2010, p. 103-104)

No quadro 1, temos o esqueleto da DVA de forma detalhada e explícita com as contas e as subcontas, trazendo ainda em forma de números os locais em que devem ser subtraídos ou somados de acordo com a norma, a frente de cada conta há o campo para adicionar o valor respectivo a cada período analisado.

Este modelo detalhado pode facilitar muito o trabalho dos usuários no seu preenchimento, seu entendimento e análise.

Pode ser que empresas ou ate mesmo igrejas façam algumas adaptações de acordo com suas necessidades para que enquadrem no seu perfil técnico, como por exemplo, não ter alguma das contas citadas no quadro acima, ela pode retirar esta conta se não tiver uso da mesma, Mais o modelo apresentado e bem completo e atualizado.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida no presente estudo, quanto à concepção pode ser considerada bibliográfica. Segundo Gil (2008, p 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborada, constituído principalmente por livros, jornais, revistas e artigos científicos”.

A pesquisa pode ser considerada também exploratória, Figueiredo (2010, p 90) afirma que: “a pesquisa exploratória consiste em investigações empíricas, porém o objetivo é a formulação de questões ou de um problema com tripla finalidade: desenvolver hipótese, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e classificar conceitos”.

Quanto à abrangência, a pesquisa foi desenvolvida no formato no estudo de caso em uma instituição religiosa estabelecida no município de Juína – MT para preservar sua privacidade será tratada neste trabalho (igreja).

Os dados trabalhados são de origem secundária retirados de relatórios financeiros da instituição. São de natureza qualitativa, que segundo Figueiredo (2010, p 84), “o método qualitativo fundamenta-se em informações deduzidas das interações interpessoais e da co-participações dos informantes. O pesquisador é um participante ativo, ele interage em todo processo.”

3.1 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para atender o objetivo geral da pesquisa foi feita uma compreensão sobre a DVA, através de vários autores que expressam conceitos sobre o tema, evidenciando sua importância para a igreja, destacando e comentando a sua estrutura para facilitar o entendimento.

Em seguida foram coletados os dados necessários à elaboração da DVA, na documentação da igreja, dados como: relatórios, livro caixa, notas fiscais, recibos de pagamento.

Consideram-se como despesas operacionais: energia elétrica, material de escritório, material de limpeza, manutenção de equipamento eletrônico, serviços de

terceiros e outras despesas eventuais, em razão destas serem imprescindíveis às atividades religiosas da entidade (atividades fins).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ESTUDO DE CASO

A entidade estudo de caso, aqui citado é uma igreja evangélica, existente em Juína a mais de 20 anos, freqüentada por cerca de 50 pessoas entre adultos e crianças.

Segundo informações de seus membros o seu principal objetivo como instituição é levar a mensagem de Deus para salvação do homem.

A entidade tem sua receita média anual oscilando entre, R\$11.000,00 mil e R\$15.000 mil reais, á também campanhas realizadas para construção, podendo assim elevar o valor da receita anual.

Os cultos acontecem quatro vezes por semana, sendo: quarta-feira, quinta-feira, sábados e domingos.

A igreja não possui nenhum funcionário registrado, os trabalhos são realizados por voluntários ou às vezes por diaristas, mas sem vínculo empregatício, as despesas mais comuns são de ordem mantenedoras, ou seja, a fim de manterem suas instalações em funcionamento, como por exemplo, energia elétrica, despesa de cozinha, despesas de equipamentos eletrônico e outros.

O investimento que fazem é apenas em construção de novas instalações e dependências físicas para acomodar seus membros.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Para realizar a análise dos resultados foi necessário o levantamento de toda receita da igreja, como também todos os gastos realizados no período proposto.

O quadro 02 a seguir expõe os dados coletados do livro caixa da igreja, demonstrando toda sua receita e despesas (gastos) no período de julho de 2011 a junho de 2012.

1-Despesas	Valor	2-Receitas	Valor
Energia	R\$ 3.113,00	Dízimos	R\$ 8.183,44
Combustível	R\$ 220,00	Ofertas	R\$ 2.689,19
Fretes	R\$ 300,00	Doações	R\$ 818,34
Material de escritório	R\$ 74,25		
Material de limpeza	R\$ 293,00		
Serviços de terceiros	R\$ 1.095,00		
Despesas de cozinha	R\$ 309,35		
Manut. Equi. eletrônico	R\$ 398,00		
Lanches e comemorações	R\$ 1.438,56		
Despesas eventuais	R\$ 323,70		
Despesa construção	R\$ 3.774,97		
Despesas com missionários	R\$ 2.050,00		
Doação a terceiros	R\$ 120,00		
Aquisição de moveis	R\$ 1.648,25		
Total	R\$ 15.158,08		R\$ 11.690,63
Saldo anterior			R\$ 6.200,12
Total receitas + saldo anterior			R\$ 17.890,75
Despesas do período			R\$ 15.158,08
Saldo atual			R\$ 2.732,67

Quadro 2: Apuração de despesas e receitas

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja, de Julho de 2011 á Junho de 2012.

Neste quadro 2 de apuração de receita e despesa, verificou-se que as despesas do período foram maiores que as receitas, mais devido ao saldo anterior de caixa ela não ficou negativo, e segundo informações do tesoureiro suas compras são feitas de forma a vista, isto elimina as chances de gastarem mais do que tem em mãos e ficarem endividados.

- **Receitas**

As receitas na igreja correspondem a dízimos, ofertas e doações. O dízimo é 10 % do ganho mensal que cada membro ativo da igreja contribui, as ofertas são algo a mais que ele o membro deseja contribuir e as doações geralmente são feitas por pessoas que não são membros ativos da instituição mais desejam contribuir. Todas estas contribuições são registradas em livro caixa sob a guarda de um responsável que é o tesoureiro, e dever informar em reunião a todos os membros qual o valor da receita obtida no fim de cada mês.

- **Insumos adquiridos de terceiros**

Segundo Almeida (2010, p 106), os insumos “representam transações computadas na demonstração do resultado, principalmente em custo de vendas, despesas gerais e administrativas e despesas de vendas relacionadas com bens e serviços adquiridos de terceiros”, no caso da igreja os insumos adquiridos de terceiros correspondem às despesas administrativas, ou seja, todas as despesas necessárias para que a entidade mantenha-se funcionando normalmente, visto que sendo uma entidade sem fins lucrativos não há venda de mercadoria, produção nem prestação de serviço remunerada, com isso também não há custo de produção ou de mercadoria vendida. Estas despesas limitam-se a compra de materiais de escritório, manutenções, energia elétrica, material de limpeza, serviços de terceiros, manutenção de equipamento eletrônico, despesas eventuais, e outras do tipo.

Diante do exposto, torna-se importante ressaltar no que diz respeito a estas despesas não há a compensação de impostos.

- **Valor adicionado bruto.**

Após feito o levantamento das receitas e despesas, foram subtraídos e então chegou-se ao que chamamos de Valor Adicionado Bruto, ou seja, temos todo valor que entrou na receita da igreja como oferta, dízimos e doações, menos que é necessário para que ela se mantenha. Então temos um valor ainda sem a depreciação.

- **Depreciação**

A igreja tem por sua propriedade um templo para locais de seus cultos e uma casa de moradia aos fundos, ambos construídos no mesmo período e em ótimo

estado de conservação. Para a elaboração da DVA foi feito a depreciação destes imóveis, visto que utilizou o método de depreciação linear, depois de averiguado o valor dos imóveis e seu tempo de vida útil foi estabelecida a taxa anual de depreciação, e em seguida o valor da depreciação.

Depois de obter o valor da depreciação foi subtraído do valor adicionado bruto e chegou-se então a o “valor adicionado liquido”, produzido pela igreja.

- **Valor adicionado recebido em transferência.**

Existe um fator externo que pode alterar este valor adicionado liquido no período, que é chamado de valor adicionado recebido em transferência, ele pode ser em forma de resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras, e outras, o que diretamente isso não ocorreu mais ouve uma transferência no valor de R\$ (6.200,12) que foi uma sobra de caixa do período anterior, o qual alterou o valor adicionado liquido, e que agora passará a sua distribuição.

- **Distribuição do Valor Adicionado da Entidade Estudo de Caso.**

A distribuição do Valor Adicionado Liquido, tem por primazia o pessoal remunerado, o que não é o caso desta instituição, ou seja, não há funcionários todos são colaboradores voluntários e não recebem ordenados pelos seus trabalhos e não a o que chamamos e remuneração direta, em consequência disto também não a compensação de benefícios e imposto relacionados com pessoal, como por exemplo FGTS.

Toda via ha gastos feitos em forma de contribuição com missionários ou outros cooperadores que visitam a instituição, e a igreja repassa algum valor financeiro como uma forma de investimento no missionário, ou seja, dando condições financeiras para que ele se mantenha, e se capacite mais, para que ele continue seu trabalho de ensinar acerca da bíblia. Estes gastos foram lançados como distribuição do valor adicionado a conta “pessoal”.

- **Impostos taxas e contribuições.**

Não ouve incidência de impostos visto que a igreja é imune a alguns como, por exemplo, Imposto de Renda, IPTU e outros. Já as taxas e contribuições sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais, essa imunidade não as atinge, como o ICMS sobre o uso as energia elétrica, que já vem embutido no valor da conta.

- **Remuneração de Capital de Terceiros**

A igreja não faz distribuição do valor adicionado à remuneração de capitais de terceiros, pois o prédio e a casa que ocupa são próprios, não paga aluguel, nem juros para investidores ou algo do tipo.

- **Remuneração de Capital Próprio.**

A remuneração de capital próprio, também chamada de lucro reinvestido, é o que realmente sobrou líquido na instituição, este valor ela usou para construir, aquisição de moveis, comemorações, almoço comunitário, combustível, frete para passeio e outras.

Importante ressaltar que este valor no período analisado ficou negativo, ou seja, a instituição gastou mais do que recebeu, e esta diferença foi compensado pelo saldo de caixa anterior, que além de cobrir o valor obteve ainda uma sobra.

Outra observação importante e que o valor da depreciação não abate no valor do caixa, apenas feito sua anotação de forma clara.

A seguir apresentam-se quadros que nos mostram os valores contabilizados separadamente por suas contas.

Conta	Valor
Saldo Anterior	R\$ 6.200,12

Quadro 3: Saldo anterior

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja.

O quadro 3, trás o valor que a igreja tinha em caixa antes do período analisado, ou seja, este valor e a sobra do período anterior.

Contas	Valores
Dízimos	R\$ 8.183,44
Ofertas	R\$ 2.689,19
Doações	R\$ 818,34
TOTAL das Receitas	R\$ 11.690,63

Quadro 4: Total de receitas

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja.

Dízimos, ofertas, e doações são as únicas formas que a igreja tem para se obter receitas, o quadro 4, destaca as receitas e sua somatória.

O dízimo que é a décima parte do salário, sempre obtém valores maiores, depois vem as ofertas e por ultimo as doações que geralmente são feitas por pessoas não membros da igreja.

Contas	Valores
Energia	R\$ 3.113,00
Material de escritório	R\$ 74,25
Material de limpeza	R\$ 293,00
Serviços de terceiros	R\$ 1.095,00
Manot. equip eletrônico	R\$ 398,00
Despesas eventuais	R\$ 323,70
Total	R\$ 5.296,95

Quadro 5: Insumos adquiridos de terceiros

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja e recibos.

O quadro 5 , mostra que diferente de uma empresa em que se compra matéria prima ou outros produtos para venda, que são chamados de insumos adquiridos, e são de grande importância para o movimento e vida da empresa, a igreja não compra tais produtos para revenda ou matérias primas, mais por outro lado sua subsistência depende muito dos produtos e serviços acima relacionados no quadro, afim de que possa manter se ativa e em condições de receber seus membros e visitantes, e é claro são eles que contribuem com dízimos, ofertas e doações.

No valor total dos insumos a conta energia elétrica foi a que mais se destacou, isso pode ser pelo fato de obterem equipamentos som e eletrônicos.

Contas	Valores
Depreciação	Valor
Prédio anexo casa	R\$ 150.000,00
Depreciação taxa 4% ao ano	R\$ 6.000,00

Quadro 6: Valor da depreciação

Fonte: Dados extraídos de documentos e livros de registro da igreja.

A depreciação foi calculada, pelo método linear onde estabelecida o período de vida útil de 25 anos do prédio, foi informada a taxa de 4% ao ano da seguinte forma: quanto % 1 ano representa de 25 anos tempo de vida útil, que e igual a 4% x

150.000 que é o valor do prédio, então temos o resultado conforme apresenta o quadro 6 .

É importante observar que o valor da depreciação não é abatido no caixa, ou seja, este valor não sai do caixa da igreja, apenas é relacionado na DVA como uma despesa, mas a igreja não faz esta retirada em forma de pagamento, até porque se isto tivesse ocorrido não teria saldo em caixa para cobrir.

Contas	Valores
Despesas com Missionários	R\$ 2.050,00
Doação a terceiros	R\$ 120,00
Total	R\$ 2.170,00

Quadro 7: Gastos com pessoal

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja e recibos.

Os gastos com pessoal, apresentados no quadro 7, limitaram a gastos com missionários e uma doação a terceiro, isto devido a igreja não ter funcionários registrados que lhe gere ordenados obrigações trabalhistas.

Contas	Valores
Combustível	R\$ 220,00
Frete	R\$ 300,00
Cozinha	R\$ 309,35
Lanches e Comemorações	R\$ 1.438,56
Compra e materiais p/ Construção	R\$ 3.774,97
Aquisição de Moveis	R\$ 1.648,25
Total	R\$ 7.691,13

Quadro 8: Valor reinvestido

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja e recibos.

O quadro 8, informa o quanto a igreja reinvestiu nela mesmo, ou seja, onde ela aplicou os recursos para benefício próprio. A conta compra de materiais levou a maior parte dos investimentos, e em segundo lugar aquisição de moveis para uso próprio.

Contas

Valores

Total das Receitas	R\$ 11.690,63
Total dos Insumos ad de Terceiros	R\$ 5.296,95
Valor da Depreciação	R\$ 6.000,00
Valor da Despesa com Pessoal	R\$ 2.170,00
Valor Reinvestido	R\$ 7.691,13

Quadro 9: Valor total geral

Fonte: Dados extraídos do livro caixa da igreja e recibos.

Os valores apresentados no quadro 9 , são a soma de cada grupo de conta conforme exposto nesta análise, ou seja, todas as sub contas foram somadas e temos os valores totais incluído as receitas, despesas e reinvestimento da igreja.

Depois de levantado todas as contas necessárias, foi emitido a DVA conforme apresenta o quadro 10.

DVA da Igreja	
Descrição	Valor
1 Receitas	11.690,97
1.1 Dízimos	8.183,44
1.2 Ofertas	2.689,19
1.3 Doações	818,34
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui os impostos - ICMS,IPI,PIS,COFINS)	5.296,95
2.1 Materiais escritório, Materiais de limpeza	367,25
2.2 Energia Elétrica	3.113,00
2.3 Manutenções Equipamentos Eletrônicos	398,00
2.4 Serviços de Terceiros,Despesas Eventuais	1.418,70
3 Valor adicionado bruto (1-2)	6.393,68
4 Depreciação, amortização e exaustão	6.000,00
5 Valor adicionado liquido produzido pela entidade (3-4)	6.393,68
6 Valor adicionado recebido em transferência	6.200,12
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	-
6.2 Receitas financeiras	-
6.3 Outras (saldo caixa anterior)	6.200,12
7 Valor adicionado total a distribuir(5+6)	12.593,80
8Distribuição do valor adicionado	12.593,80
8.1 Pessoal	-
8.1.1 Missionários	2.050,00
8.1.2 Doação a Terceiros	120,00
8.2 Impostos taxas e Contribuições	-
8.2.1 Federais	-

8.2.2 Estaduais	-
8.2.3 Municipais	-
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	-
8.4 Remunerações de Capitais Próprios	-
8.4.1 Investimento em Construção	3.774,97
8.4.2 Aquisição de Moveis	1.648,25
8.4.3 Outros	2.264,86
8.4.3 Lucros Retidos /Prejuízos do Exercício	2.735,72

Quadro 10: DVA da igreja

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado através dos dados da pesquisa.

As receitas da igreja ficaram da seguinte maneira: os dízimos foram equivalentes a 70% do valor total, as ofertas representaram 23% e as doações 7% da receita total da igreja, conforme exposto no gráfico 1.

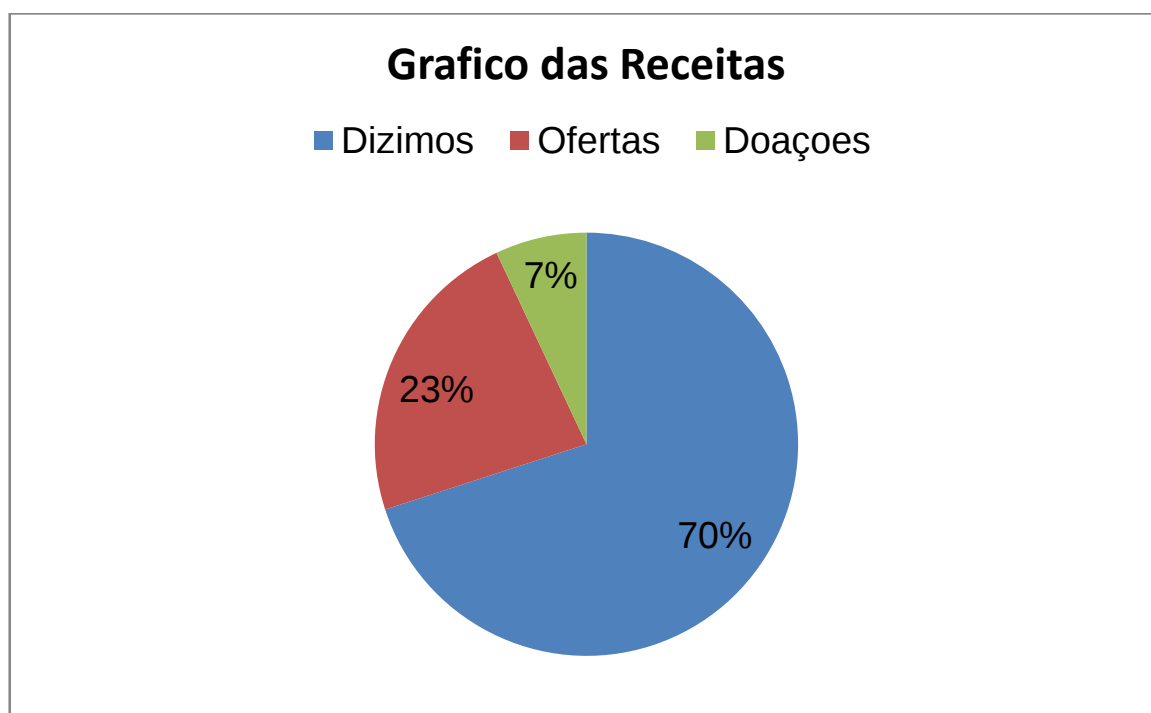


Gráfico 1: Receitas

Fonte: Dados da pesquisa

Os insumos adquiridos de terceiros somaram um valor de R\$(5.296,95) equivalente a 45,2% do valor da receita no período conforme expõe o gráfico 2.

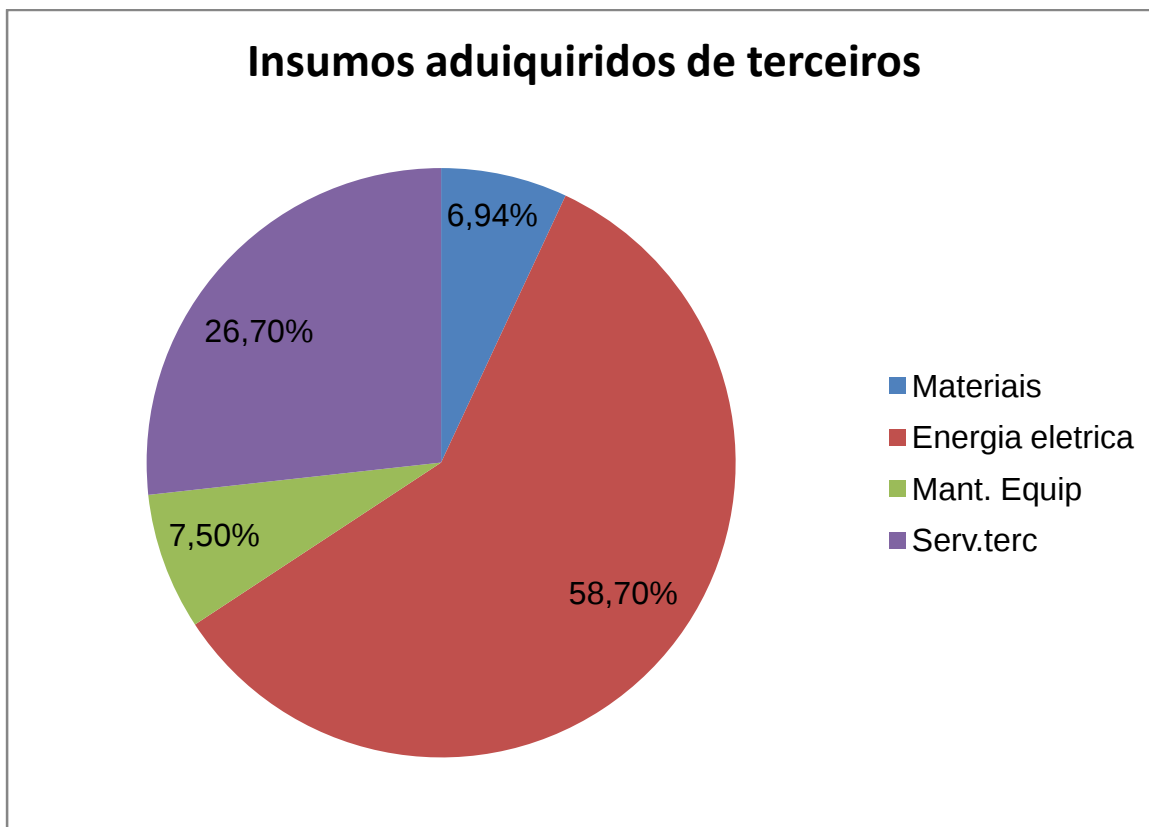


Gráfico 2: Insumos adquirido de terceiros.

Fonte: Dados da pesquisa

Observe que a Energia elétrica é responsável por 58,7% de todo gasto com insumos, isto devido a equipamentos elétricos e luminárias.

O valor adicionado líquido após o abatimento dos insumos adquiridos de terceiros, ficou em R\$(6.393,68) isso porque a depreciação não foi deduzido do caixa, e em sequência houve uma transferência de valor do caixa anterior, que somado deu um valor adicionado a distribuir de R\$ (12.593,80). Este valor foi, feito a distribuição que ficou da seguinte forma:

- Foi distribuído para conta missionários, R\$ 2050,00 equivalente a 16,28 % do valor adicionado total.
- Para conta doação a terceiros R\$ 120,00 equivalente a 0,9% do valor.
- Para investimento em construção R\$ 3.774,97 equivalente 29,97 % do valor.
- Para aquisição de moveis R\$ 1648,25 equivalente 13,1% do valor.
- Outros (lanches, comemorações, viagem a congresso etc.) R\$ 2264,86 equivalente a 18 % do valor

- Lucros retidos R\$ 2.735,72 equivalente a 21,75% do valor total. Isto quer dizer que ainda obteve uma sobra.

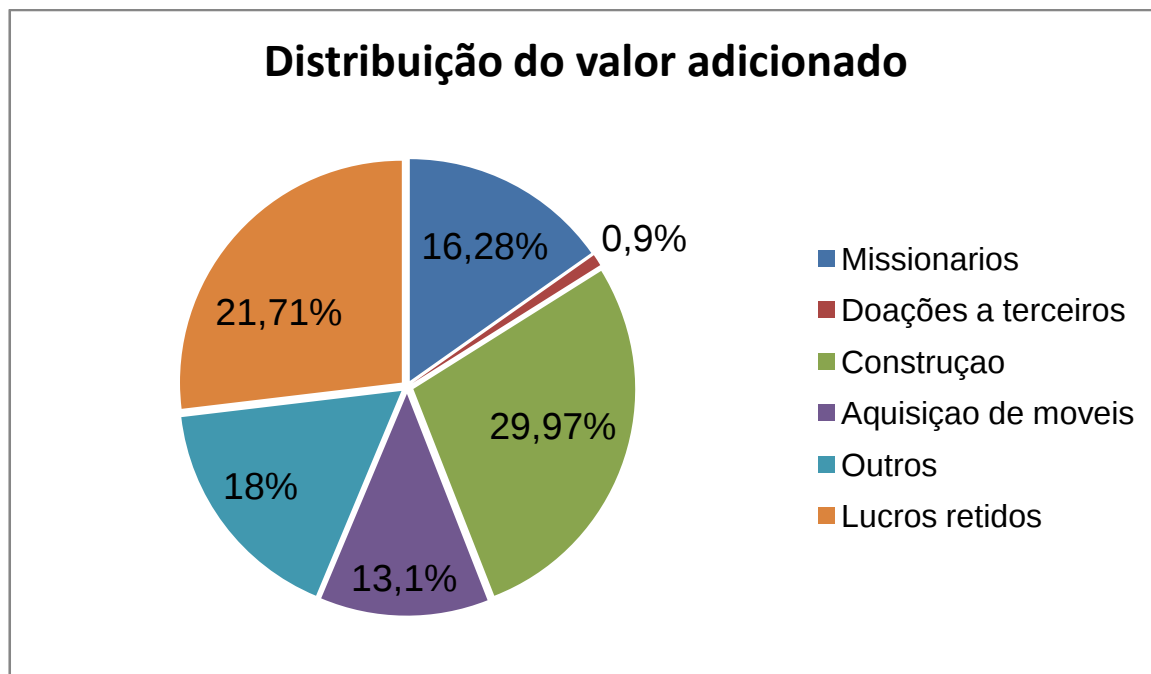


Gráfico 3: Distribuição do valor adicionado.

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se no gráfico 3, que a maior fatia da distribuição ficou para conta construção, na qual foi investido 29,97% do valor adicionado em ampliação do local, já a menor parte ficou com a conta doação a terceiros com apenas 0,9%.

Algumas contas não foram creditadas, como por exemplo, impostos, taxas e contribuições, enumeração de capitais de terceiros que não tiveram movimentação neste período

CONCLUSÃO

Os relatórios fornecidos pela contabilidade podem proporcionar mais segurança a uma gestão.

A DVA tem a cada dia demonstrado ser importante neste processo de gerenciamento e decisivo no cenário empresarial.

O papel da DVA como forma de obter informações mais claras e transparentes de onde estão sendo aplicadas as riquezas produzidas, possibilitou observar o quanto ela pode ser importante para a instituição religiosa, trazendo clareza e transparência.

Concluimos que a DVA pode contribuir com a gestão financeira da igreja no que diz respeito à transparência, clareza e como estão sendo aplicados os recursos, uma vez que tal instituição não havia adotado nenhum tipo de relatório contábil gerencial para análise ou para tomada de decisões, apenas livro caixa.

Pode-se notar na análise do DVA apresentada, que a instituição deve diminuir algumas despesas ou aumentar sua receita para que haja um equilíbrio, o que ela não obteve no período analisado, visto que seus compromissos foram saldados com a ajuda do caixa anterior. Mais importante ainda é o fato de que ela mostrou de forma clara onde foram aplicados, no período analisado, os recursos e o valor em percentual do montante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade intermediária**: de acordo com as exigências do MEC para curso de ciências contábeis. 3ª ed São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**/ Laudio Camargo Fabretti. - 10. Ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

FIGUIREDO, Antonio Macena de . **Como elaborar projetos, monografias dissertações e teses** - 3 ed.- Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2010.

GUIA IMF - Disponível em
<<http://www.imf.com.br/html/mercado.html>> acesso em 12 de nov de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos e pesquisas**/Antonio Carlos Gil – 4 ed São Paulo: Atlas, 2002.

LUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial** /Sergio de Ludicibos. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica** /Jose Carlos Marion -10 Ed. São Paulo Atlas 2009.

_____, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**; Contabilidade empresarial/ José Carlos Marion -3 ed. - São Paulo: Atlas, 2007

PORTAL TRIBUTARIO. **Entidades imunes** - Disponível em
<http://www.portaltributario.com.br/artigos/dipj_imuneseisentas.htm> acesso em 12 de nov de 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil** / Osni Moura Ribeiro - 24 ed. Reform. - São Paulo: Saraiva, 2003.

SALVADOR, Adilson Trevisan; **Dizimo uma questão de fé**. Londrina, 1999.